

Sessão 1 – Direitos Humanos – Liberdade de Expressão na Internet

Data: 06 de agosto de 2019

Hora: 9:30 - 11:00 am

Participantes:

- Carlos Cortés - Linterna Verde (Sociedade Civil)
- Esteban Lescano - CABASE (Setor Privado)
- María Cristina Capelo - Facebook (Setor Privado)
- Thiago Tavares - CGI (Comunidade Técnica)
- Miguel Candia - MRE.py (Setor Governamental)
- Moderación: Ana Bizberge - Observacom

Relatoria: Federico Rodríguez Hormaechea (YouthIGF Uruguay) e Marieliv Flores (Hiperderecho)

Traduzido por: Nathalia Sautchuk Patrício (NIC.br, Brasil)

Introdução

Ana Bizberge apresentou o painel como um espaço para discutir os desafios da liberdade de expressão na Internet, levando em consideração a democratização da informação e de discurso, o papel das plataformas, os intermediários da Internet em geral e sua posição como *gatekeepers* para a distribuição de discursos.

Foi solicitado aos participantes que refletissem sobre as questões de transparência e privacidade, na perspectiva do Estado, da Sociedade Civil e do setor privado, em relação à liberdade de expressão. Além de analisar os desafios e oportunidades na regulação da comunicação, especificamente na liberdade de expressão, para questionar os mecanismos que estão sendo implementados e a reação dos governos.

Intervenção dos painelistas

Miguel Candia

Ele levantou o ponto sobre "não falar sobre um governo que regula ou não, mas sobre um ponto de vista holístico, sobre o que um governo deveria fazer a partir do seu ponto de natureza", em um contexto em que sua obrigação é proteger e fazer cumprir as regulamentações em seu território e com seus habitantes. Enquanto os estados estão se tornando mais conscientes de seu papel na garantia da liberdade nos espaços digitais, eles também estão adotando várias abordagens sobre como fazê-lo, que podem estar relacionadas a diversos interesses, de acordo com os governos.

É importante que, à medida que a tecnologia avança, os estados possam regular, e a questão é como fazer isso. Especialmente "quando o Estado procura regular situações e entender realidades, mas descobre que nem sempre tem a experiência adequada". Além disso, existem diferentes tipos de governos que tomam decisões em benefício ou não de seus cidadãos e que a liberdade de expressão se choca com outros direitos, como a privacidade. Portanto, a discussão correta das leis precisa da contribuição das comunidades, mas será difícil encontrar um elemento integrador. "Todas as discussões que possam ser realizadas devem ter uma base social suficiente."

Thiago Tavares

Ele refletiu sobre os aspectos que devem ser implementados no modelo de regulação para garantir a liberdade de expressão na Internet.

Ele comentou que não é possível estabelecer controles anteriores, pois estaria restringindo os direitos. O conteúdo também não pode ser verificado por meios tradicionais, através dos quais alguém pode decidir qual conteúdo pode ser tornado público ou não. Com isso em mente, ele propôs que é importante investir a longo prazo em temas digitais. Em certos contextos latino-americanos "uma boa parte da população não pode distinguir um conteúdo falso de um verdadeiro e termina em situações polarizadas".

Ele mencionou que "não há solução rápida ou prática". As várias tentativas de diferentes países para controlar a liberdade de expressão nos mostram que não há solução mágica que possa ser adotada, especialmente em um contexto em que existem diferentes atores e em que a segurança dos usuários finais é importante. Por exemplo, no Brasil, havia 35 projetos de lei que criminalizavam o envio de notícias falsas ou o compartilhamento de conteúdo falso sem confirmação e as penas variavam de 6 meses a 8 anos de prisão.

María Cristina Capelo

Ela comentou sobre os mecanismos e iniciativas desenvolvidos pelo Facebook para melhorar os critérios de transparência, responsabilidade e privacidade.

O Facebook, desde a sua criação, tenta manter o equilíbrio entre três princípios baseados nos direitos humanos:

1. Segurança do usuário.
2. Exercício da liberdade de expressão.
3. Equidade, que todas as regras se aplicam da mesma maneira a todos os usuários da plataforma.

Além disso, foi indicado que o Facebook tem um caminho de melhoria nas questões de transparência, por exemplo, as regras da comunidade da plataforma são publicadas para que aqueles que usam o Facebook saibam em que base as decisões são tomadas. Além disso, são realizados fóruns com convidados externos para analisar as políticas. Especificamente, foi mencionado que o Facebook tem regras contra automutilações, terrorismo, violação de propriedade intelectual, assédio e bullying. No entanto, juntamente com os esforços de transparência, também é questionado como fazer para que o ator nocivo não procure novas maneiras de violar as regras.

Foi indicado que os usuários têm o poder de regular a dinâmica da plataforma, quando relatam determinados conteúdos ou quando recorrem em determinadas decisões que não consideram apropriadas.

Por fim, foi mencionado que no final do ano será anunciada a criação de um conselho consultivo de conteúdo, externo ao Facebook, onde 40 especialistas em todo o mundo terão o poder de revisar casos de apelações, nos quais que o Facebook considera que carece de análises adicionais e o Facebook precisará acatar a decisão.

Esteban Lescano

Ele refletiu sobre os critérios que as plataformas devem levar em consideração para aplicar a Lei do Autor.

Ele começou destacando o valor positivo da Internet para os direitos humanos, como direito à associação, liberdade política etc. e analisando o papel dos mediadores "A Internet não teria todas as coisas boas se não houvesse a intervenção de mediadores, não apenas grandes empresas, mas também PMEs, que estão desenvolvendo aplicativos que contribuem para o exercício de nossos direitos".

Ele mencionou a preocupação com os artigos 15 e 17 da União Europeia, que estabelece novos direitos autorais relacionados a artigos de jornal, sob os quais o uso que pode ser dado às informações deve ser negociado com o proprietário do conteúdo, limitando o uso da Internet.

Em particular, foi feito um chamado a não copiar modelos que fazem parte de outro sistema jurídico e buscar melhores soluções, garantindo a liberdade de expressão e o respeito a outros direitos.

Carlos Cortés

Ele analisou a viabilidade do desenvolvimento de ferramentas pela sociedade civil, com o objetivo de garantir a liberdade de expressão na Internet.

Ele começou falando sobre uma dicotomia que a sociedade civil enfrenta em questões de liberdade de expressão. "Por um lado, há uma conversa sobre quais são os problemas que enfrentamos na liberdade de expressão e, por outro lado, uma conversa diferente com os governos sobre como regular". Em seguida, ele questionou qual é a ideia da liberdade de expressão on-line e como funciona a moderação de conteúdo que deveria ser inspirada pelo respeito aos direitos humanos.

Diante disso, ele mencionou que "todos os conteúdos legais devem permanecer online; se um conteúdo é legal dentro dos direitos humanos, deve permanecer como liberdade de expressão", mas ele acrescentou que isso é crítico porque nem todas as expressões são de interesse público, e não há interesse comercial ou público que esteja acima dos direitos de uma pessoa. Por exemplo, os discursos de assédio contra mulheres, onde expressões legais podem ser enfrentadas versus o silenciamento de um grupo.

Por fim, ele mencionou que somos chamados a entender como a moderação de conteúdo funciona, o controle judicial, o trabalho para fortalecer o processo de prestação de contas e que os processos sejam explicados nos idiomas falados pela população.

Perguntas do público

As perguntas do público giravam em três eixos:

- Neutralidade da rede: refletiu-se sobre como a Internet deve estar alinhada aos princípios da neutralidade. Em um contexto em que os governos devem entender essa dinâmica e pensar na possibilidade de não necessariamente regular, mas garantir.
- Decisões do Facebook conhecendo a realidade social: o Facebook entende a necessidade de conhecer contextos locais, por isso, possui uma equipe que cobre a região andina, é uma equipe jovem e em treinamento. Os padrões que eles desenvolvem foram feitos para ficarem claros, mas ainda podem ter problemas na implementação.
- Controle da Internet: Cada vez mais, as pessoas no Estado compreendem melhor os direitos e os espaços digitais, mas não sabem que as decisões que tomam não podem ser implementadas de forma individual e que há muitos atores envolvidos. Por outro lado, preocupa-se que a sociedade civil estejam pedindo que sejam as plataformas que moderem o conteúdo.